REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos corpos-territórios contra a violência patriarcal no assentamento Santo Antônio, sul de Mato Grosso do Sul

Peasant women weaving networks of mutual support as self-defense of territory bodies against patriarchal violence in the settlement Santo Antônio, southern Mato Grosso do Sul

Mujeres campesinas tejiendo redes de apoyo mutuo como autodefensa de los cuerpos territoriales contra la violencia patriarcal en el asentamiento Santo Antônio, sur de Mato Grosso do Sul

Luciana Pereira Higino
Licenciatura em Educação do Campo
Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
Dourados, MS
E-mail: Guilhermelucianaphg2016@gmail.com
Orcid: http://orcid.org/0000-0002-8612-3428

Gislaine Carolina Monfort
Programa de Pós Graduação em Geografia
Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
Dourados, MS
E-mail: gislainecmonfort@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5677-5740

Laura Jane Gisloti
Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
Dourados, MS
E-mail: lauragisloti@ufgd.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3954-0245

Resumo: A violência patriarcal produz uma guerra sistemática contra os corpos femininos e, neste contexto, é preciso considerar que as mulheres do campo vivem a intensificação dessas

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

condições, nas lutas pela sua sobrevivência e pelos territórios de vida. Este é um estudo qualitativo, descritivo e reflexivo pautado na abordagem da teoria feminista e anticolonial, objetivando por um lado, investigar aspectos sobre a violência patriarcal contra as mulheres do assentamento rural Santo Antônio, em Mato Grosso do Sul. Por outro lado, buscamos compreender aspectos relacionados ao acolhimento e às redes de apoio acessadas pelas mulheres para o enfrentamento e combate à violência patriarcal. Encontramos como padrão a presença da violência sexista nas suas mais diversas expressões, de forma que a principal rede de apoio encontrada por essas mulheres está entre outras companheiras do assentamento. Consideramos que a consciência e a disposição das mulheres camponesas nos despertam esperança para que lutas de libertação das mulheres sejam construídas, a partir da base e do apoio mútuo entre as mulheres, para assim exterminarmos da sociedade a estrutura patriarcal que violenta mulheres de todos os territórios.

Palavras-chave: Assentamento. Feminismo. Mulheres. Patriarcado.

Abstract: Patriarchal violence produces a systematic war against female bodies and in this context, it is necessary to consider that rural women experience the intensification of these conditions, in the struggles for their survival and for the territories of life. This is a qualitative, descriptive and reflective study based on the approach of feminist and anti-colonial theory, aiming, on the one hand, to investigate aspects of patriarchal violence against women in a rural settlement in the settlement Santo Antônio, Mato Grosso do Sul. On the other hand, we seek to know the ways of reception and support networks accessed by women to confront and combat patriarchal violence. We found as a pattern the presence of sexist violence in its most diverse expressions, so that the main support network found by these women is among other women in the settlement. We believe that the awareness and disposition of peasant women gives us hope so that women's liberation struggles are built, from the base and mutual support among women, in order to exterminate from society the patriarchal structure that violates women from all territories.

Keywords: Settlement. Feminism. Women. Patriarchy.

Resumen: La violencia patriarcal produce una guerra sistemática contra los cuerpos femeninos y en este contexto es necesario considerar que las mujeres rurales experimentan la intensificación de estas condiciones, en las luchas por su supervivencia y por los territorios de vida. Se trata de un estudio cualitativo, descriptivo y reflexivo basado en el enfoque de la teoría feminista y anticolonial, que tiene como objetivo, por un lado, investigar aspectos de la violencia patriarcal contra las mujeres en el asentamiento Santo Antônio, Mato Grosso do Sul. Por otro lado, buscamos comprender las formas de acogida y las redes de apoyo a las que acceden las mujeres para afrontar y combatir a la violencia patriarcal. Encontramos como patrón la presencia de la violencia machista en sus más diversas expresiones, por lo que la principal red de apoyo encontrada por estas mujeres se encuentra entre otras compañeras del asentamiento. Creemos que la conciencia y disposición de las mujeres campesinas nos da esperanza para que se construyan las luchas de liberación de las mujeres, desde la base y el apoyo mutuo entre las mujeres, con el fin de exterminar de la sociedad la estructura patriarcal que viola a las mujeres de todos los territorios.

Palabras Clave: Asentamiento. Feminismo. Mujeres. Patriarcado.

Data de recebimento: 30/08/2021
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.15104

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Introdução

A exploração e a violência contra as mulheres e contra os territórios de vida formam um dos pilares da estrutura de dominação patriarcal, colonial e capitalista, que é sustentada pela política de Estado e pela economia neoextrativista. Compreender a guerra sistemática contra as mulheres e contra a terra exige expor as nuances das relações de poder, que atravessam o Estado e as relações de contra poder que são construídas pela resistência das mulheres e pelas redes tecidas por estas lutas.

A guerra sistemática contra as mulheres envolve a compreensão das inúmeras faces das violações contra os corpos-territórios femininos, tais como os aspectos relacionados à desumanização, utilização da força física, psicológica ou intelectual para subjugar, coagir e violar a classe feminina impedindo a existência digna, a autonomia e a manifestação de desejos. Ao mesmo tempo em que se produz constantemente a despossessão da vida, as ameaças, os espancamentos e a morte (RIVERA CUSICANQUI, 2012).

A despossessão dos corpos-territórios é um meio de domínio do poder e do lucro, que fundamenta os ataques constantes às mulheres, sobretudo as mulheres indígenas, quilombolas, de outros povos tradicionais e camponesas, pois estas mulheres compõem a linha de frente de luta pela terra e pela vida.

Essa despossessão se constitui através de antigas e novas estratégias de guerra contra a vida digna. Aí a importância de pensar a interseccionalidade e as relações étnico-raciais, que atravessam a opressão patriarcal contra mulheres negras e indígenas, violentadas por serem mulheres, somada à violência histórica racial/racista (DAVIS, 2016).

Para Collins (2000), há nas sociedades marcadas pela violência patriarcal e racista uma matriz de dominação caracterizada por opressões que se intersectam, onde sexo, raça e classe social são opressões completamente imbricadas. Por isso a importância de se pensar desde a interseccionalidade que nos permite entender a forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas de poder criam desigualdades, que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, povos e classes (CRENSHAW, 2002).

Os corpos das mulheres sempre foram o cerne da violência patriarcal, colonial e capitalista, de modo que o Estado segue sendo o sustentador das violações racistas e sexistas, além de seguir sendo um eixo da violência histórica contra os corpos femininos e reformulador constante das formas de estabelecer a guerra contra as mulheres. Nesse contexto, as políticas públicas conquistadas pela luta das mulheres são sempre frutos das lutas sociais incessantes.

Desse modo, a rapinagem sobre o corpo feminino se manifesta nas formas de destruição e subjugação da vida, mas também na mercantilização destes corpos em todos os aspectos e dimensões. Diante disso, as mulheres são cada vez mais marginalizadas, à medida que se ex-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

pandem os processos de acumulação das forças produtivas capitalistas, a artificialidade/homogeneização dos territórios sociobiodiversos e a mercantilização da vida e da terra (SEGATO, 2012; 2014; SAFFIOTI, 2013).

Por outro lado, a memória das histórias e trajetórias das mulheres, em sua multiplicidade de povos, demonstram a relação de coexistência entre corpo e terra, que se manifesta nas diversas visões de mundo. Várias experiências em diferentes latitudes revelam que as expressões de uma relação harmônica e respeitosa entre a terra e as sociedades são construídas pelas mulheres, a partir do cultivo afetivo e espiritual no manejo e na existência mútua com a terra e com todos sistemas cosmo-socioecológicos.

Nesse sentido, urge a necessidade de fortalecermos discussões que escancarem radicalmente as nuances das violações contra os corpos-territórios das mulheres, e que ao mesmo tempo, revelem a multiplicidade de estratégias de autodefesa construída pelas próprias mulheres, em diferentes arranjos territoriais.

É importante compreender que no Brasil, dados oficiais sobre a violência contra as mulheres ainda são muito invisibilizados e, em geral, constituem estimativas, uma vez que ainda há grandes dificuldades, no que concerne às denúncias que se perdem em meio a um sistema de registro que falho e que coage violenta ainda mais. Isto impõe à maioria das mulheres o retorno aos lugares de violência, pois grande parte dessas violações são praticadas por homens em âmbito doméstico, sendo que 70% dos assassinatos são cometidos por ex-maridos ou ex-namorados (LORENZONI, 2007).

Uma das dimensões dessa guerra contra as mulheres se reflete em dados concretos que são demonstrados pela plataforma digital "Violência contra as Mulheres em Dados"[1], do Instituto Patrícia Galvão, que estima que 2 milhões de mulheres são vítimas de violência doméstica no Brasil por ano, 175 mil por mês, quase 6 mil por dia, 250 por hora, uma a cada 15 segundos e, que, mais de 70% da população feminina brasileira vai sofrer algum tipo de violência no decorrer da vida (CONCEIÇÃO, 2018). Ainda é preciso levar em consideração que as mulheres são a maioria da população brasileira e representam 53% da força de trabalho do país, sendo as responsáveis diretas pela manutenção da renda familiar.

Quando analisamos os dados oficiais de feminicídio no estado de Mato Grosso do Sul, que é considerado um dos estados com os maiores índices de violência contra as mulheres, observamos que, no ano de 2019, 30 mulheres foram vítimas de feminicídio. A cada mês, 130 mulheres registraram boletim de ocorrência por estupro. A cada semana, 150 mulheres foram

1 INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra as Mulheres em Dados**: plataforma reúne pesquisas, fontes e sínteses sobre o problema no Brasil. Violência contra as Mulheres em Dados, 2018. Disponível em: < https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/sobre-esta-plataforma/ >. Acesso em: 20/08/21.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

vítimas de agressões físicas tipificadas como lesão corporal dolosa. Por dia, 51 mulheres denunciaram alguma forma de violência doméstica. (MAPA DO FEMINICÍDIO, 2019)[2].

Em situações de violência doméstica há diversas questões que atravessam a despossessão e a vulnerabilidade imposta às mulheres, como a falta de apoio imediato, a escassez de assistência à criança, a falta de oportunidades de emprego, a ineficiência de lugares de acolhimento e a falta de espaços de cuidado à saúde, que intensifica as violências psicossociais contra as mulheres que vivem em territórios rurais. Há ainda inúmeras outras formas de despossessão que impactam as mulheres e crianças, nas mais diversas dimensões, como as do território como no contexto das mulheres campesinas e racializadas (DÍAZ e GAGO, 2014).

Sob essa ótica, é preciso considerar que as mulheres do campo estão em condições suscetíveis a muitos tipos de violência que se intensificam e são marginalizadas, em grande medida, por estarem enfrentando graves situações de vulnerabilidade socioterritorial (FEDERICI, 2019a; FEDERICI e VALIO, 2020).

Compreendendo todas essas dimensões, apresentamos neste artigo reflexões e análises sobre a violência sistemática que afeta as mulheres camponesas, no estado de Mato Grosso do Sul e a importância das redes de apoio, construídas pelas próprias mulheres como fonte de afirmação da vida e de cuidado coletivo. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar a relação entre violência contra as mulheres e o apoio mútuo entre as moradoras de um assentamento de reforma agrária no estado.

O texto está estruturado de forma que, primeiramente, apresentamos o caminho metodológico que foi trilhado para a construção dessa pesquisa e, posteriormente, demonstramos os resultados encontrados durante a caminhada, que culminou na construção desse texto. Desse modo, buscamos relacionar os resultados encontrados, com a literatura acadêmica feminista contemporânea, de modo que o conceito de corpos-territórios foi central para refletirmos como as ofensivas do patriarcado-capitalista sobre a terra e a biodiversidade está diretamente relacionada à desumanização e à subalternização/exploração das mulheres.

Posteriormente, tecemos reflexões sobre a importância da rede de acolhimento, luta e resistência construídas por mulheres e para mulheres. Por fim, enunciamos as considerações finais e destacamos possíveis perspectivas e horizontes sobre a importância da luta autônoma das mulheres para estudos posteriores.

2 GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Mapa do Feminicídio**: Mapeamento das mortes violentas de mulheres, tipificadas como feminicidíos, ocorridas em Mato Grosso do Sul no ano de 2019. Junho, 2020. Disponível em: < https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/MAPA-DO-FEMINICIDIO-MS-2019.pdf >. Acesso em: 20/08/21.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Caminhos metodológicos

A pesquisa foi construída junto às mulheres do Assentamento Santo Antônio, que está situado no município de Itaquiraí, no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o estado do Paraná. Localiza-se na latitude de 23º28'26" Sul e longitude de 54°11'06" Oeste, estando distante cerca de 400 km da capital estadual (Campo Grande), abrangendo uma área de 2.063,876 km².

No município de Itaquiraí há 12 assentamentos: Aliança, Boa Sorte, Caburey, Foz do Rio Amambai, Guaçu, Indaiá, Itaquiraí, Lua Branca, Santa Rosa, Tamakavi, Sul Bonito e Santo Antônio. O local de estudo dessa pesquisa é o assentamento Santo Antônio, que foi conquistado em 2007, com uma área de 9.627 ha, abrigando 507 famílias, que têm a cadeia produtiva do leite como uma das principais atividades econômicas do assentamento (INCRA, 2018).

O assentamento nasceu da ação direta com a ocupação das terras da fazenda Santo Antônio no final do ano de 2005, com a participação efetiva dos movimentos sociais como o MST, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETAGRI), a Federação da Agricultura Familiar (FAF) e a Central Única de Trabalhadores (CUT).

O latifúndio antes da ocupação estava subdividido em áreas denominadas de Santo Antônio, Caburey I, Caburey II, Caburey III e, com a ocupação, foram assentadas mais de 1.500 famílias sem-terra. Assim, o latifúndio que constituía as áreas de Santo Antônio, Caburey I, II e III foram compartilhadas por 4 assentamentos: Assentamento Santo Antônio (9.627 hectares – 507 famílias do MST), Itaquiraí (3.029 mil hectares, 258 famílias da Fetagri e da FAF), Foz do Rio Amambaí (2.394 hectares para 216 famílias da CUT) e Caburey (1.799 hectares, 163 famílias da Fetagri).

A economia do município é baseada na produção agropecuária. No setor agrícola, as receitas são advindas do plantio de lavouras temporárias como soja, milho, mandioca e cana-de-açúcar, que ocupam juntas mais de 90% das terras. Já no setor animal, a criação de gado de corte, galináceos de corte e bicho da seda têm impulsionado a geração de renda. (SANTOS et al., 2020).

Toda a dimensão do Sul do estado de Mato Grosso do Sul, onde está localizado o assentamento Santo Antônio compõe os territórios ancestrais dos povos Guarani e Kaiowá, que passou a ser retalhado pelo avanço das frentes colonialistas, através da presença dos bandeirantes, sertanistas e monçoeiros (EREMITES de OLIVEIRA, 2012). No início do século XX, houve a intensificação da vulnerabilidade territorial para os povos à medida que ganhou impulso, na região, a exploração do trabalho e do conhecimento nativo sobre a erva-mate. Já em meados da década de 50, a região começou a ser ocupada por migrantes procedentes dos estados de São Paulo e Paraná, de modo que culminou com o avanço de maiores extensões de terra voltadas ao agronegócio (NARDOQUE e KUDLAVICZ, 2013).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O trabalho de campo foi realizado durante os meses de janeiro a julho de 2019 e é fruto de reflexões e análises coletivas entre mulheres, com o protagonismo das mulheres camponesas e de uma pesquisadora camponesa, que vive nesse assentamento. A construção de conhecimento nesta pesquisa, a partir de uma mulher camponesa como pesquisadora, que construiu em sua comunidade um trabalho voltado ao engajamento epistêmico e político com as mulheres do território de reforma agrária em que vive, é um ato político de subversão à hegemonia patriarcal como autoridade epistêmica. Desse modo, ao tomar a palavra, como mulheres camponesas, se reapropriam e retomam suas histórias e trajetórias por meio de suas próprias narrativas (GISLOTI et a. 2021).

O fio condutor do estudo foi o tema da violência contra as mulheres camponesas do assentamento Santo Antônio, tendo como premissa investigar os caminhos que são percorridos por essas mulheres em busca de acolhimento. O enfoque teve como base a perspectiva teórico metodológica da pesquisa qualitativa, sob abordagem feminista e anticolonial enquanto eixos que auxiliaram no reconhecimento e na interpretação das relações macroestruturais e cotidianas.

Assim, para a coleta de dados utilizamos as entrevistas semiestruturadas, já que a vantagem dessa abordagem é permitir a captação profunda, sensível, imediata e corrente da temática pesquisada (AMAROZO et al., 2002).

O planejamento da pesquisa e o trabalho de campo consistiram em construir uma rede junto às trinta mulheres do assentamento. Em um primeiro encontro, as mulheres foram informadas sobre os objetivos e a condução da pesquisa e foi disponibilizado um questionário simplificado com questões abertas objetivando traçar o perfil social dessas mulheres e introduzir o tema da violência no âmbito doméstico. Nesse momento, avaliamos que o uso de questionário com questões abertas foi um instrumento viável, por possibilitar a identificação do perfil das mulheres, além de levantar alguns aspectos iniciais relacionados à violência contra as mulheres (RIBEIRO, 2008, GOLDENBERG, 2011).

Logo após responderem o questionário, em um segundo momento, as mulheres foram convidadas a participar das entrevistas, que foram agendadas de acordo com a disponibilidade de cada uma das participantes. Das 30 mulheres, 20 delas, de forma livre e esclarecida, concordaram em participar da pesquisa. Aqui, é importante destacar que o fato de uma das pesquisadoras residir no assentamento facilitou a construção da relação de confiança na pesquisa.

Em relação aos procedimentos de tratamento dos dados e das formas de análise, optamos pelo método de análise de conteúdo uso da distribuição de frequência e percentual das respostas para a análise dos dados das entrevistas, onde a amostra total foi de n=20, 100%. As narrativas presentes nas entrevistas foram analisadas com base na análise de conteúdo (BARDIN, 1995). Para constituição das categorias de análise, realizamos diversas vezes a leitura das transcrições das entrevistas (MORAES, 1999).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

A definição das categorias deu-se, a partir do conteúdo manifesto de cada mulher. Esses discursos foram organizados em tabela com auxílio do programa Microsoft Excel 2019. Foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: 1. Social (idade, estado civil, escolaridade, profissão, filhas/os), visando verificar o perfil social das mulheres; 2. Trabalho doméstico (quem é considerado 'chefe' de casa e a justificativa, quem é responsável pelos serviços domésticos), a fim de refletir sobre a divisão/sobrecarga de trabalho doméstico e por fim: 3. Violências contra as mulheres (se já foi vítima ou conhece alguma mulher próxima que já sofreu violência de gênero, onde busca apoio nesses casos e se conhece ou confia na Lei Maria da Penha).

Aqui cabe pontuar que, embora as narrativas das entrevistas foram transcritas, optamos por não expor os depoimentos, visto que essa foi a orientação das mulheres que participaram da pesquisa. Entendemos que esse tema é bastante sensível e desperta grande desconforto nas mulheres vítimas de violência, desse modo, reiteramos nosso compromisso de construir uma pesquisa que, acima de tudo, respeite, acolha e compreenda as demandas das pessoas envolvidas.

No que diz respeito aos procedimentos éticos, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual segue as seguintes informações: apresentação sobre o tema da pesquisa, os objetivos, procedimentos utilizados para a construção dos dados, os riscos envolvidos, benefícios, bem como a garantia do sigilo em relação às identidades das participantes. Orientamo-nos segundo a perspectiva ética dialógica de Spin (2000), que propõe o compromisso ético pautado na manutenção do anonimato, no sigilo das participantes da pesquisa e no consentimento informado.

Desta forma, o estudo foi construído de maneira descritiva e reflexiva, tendo como objetivo investigar aspectos sobre a violência contra as mulheres e suas especificidades no contexto campesino, bem como conhecer a configuração das redes de apoio disponíveis ou as que são construídas pelas ações autônomas das mulheres.

Resultados e discussões

O panorama do regime contínuo de violência estrutural contra as mulheres tem diversas faces, que são perpassadas por distintas formas de letalidade, que se aprofundam com a truculência do controle sobre os territórios e corpos, através da despossessão da autonomia é a estratégia patriarcal para reprodução do sistema (SEGATO, 2014).

Quando tratamos de pensar a partir da América Latina é necessário entender que as relações de poder se somam ainda ao colonialismo e à usurpação permanente dos territórios de vida. A violência sexual, a crise ecológica e a devastação da terra e dos bens comuns até os modernos instrumentos do capital financeiro internacional e neoextrativista caracterizam a política colonialista e patriarcal (RIVERA CUSICANQUI, 2012). O modelo extrativista predatório tem

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

sido um modelo de degradação e apropriação neocolonial, que tem como base a exploração das riquezas naturais para o desenvolvimento industrial e biotecnológico a serviço do Norte Global.

Desta forma, o modelo neoextrativista é um eixo que configura a patriarcalização do espaço, que aprofunda sua existência através da violência contra as mulheres e a reorganiza nos processos de despossessão, como ocorre nos territórios tradicionais, territórios indígenas e nos territórios campesinos (GARCÍA-TORRES et al., 2018). Todo esse processo vai se constituindo pelas relações locais, por meio das quais as violações contra as mulheres adquirem feições específicas a partir do contexto territorial onde vivem.

A violência que afeta a vida das mulheres do campo, das florestas e de tantos outros lugares tem inúmeras faces nas relações cotidianas, seja em âmbito familiar, seja na questão da exploração sexual ou pelo tráfico de mulheres, mas também contra mulheres organizadas e contra lideranças de movimentos socioterritoriais, que se levantam frente ao roubo e à monopolização do neoextrativismo sobre seus territórios biodiversos.

Nesse sentido, a luta pelo acesso à terra se coloca como uma questão ligada à concepção da própria vida, já que a terra, para mulheres campesinas e indígenas, muitas vezes, exprime um território de herança cultural, afetiva, identitária e espiritual, que extrapola a concepção de meio de produção (KOROL, 2016).

No Mato Grosso do Sul, muitas mulheres vivem em territórios fora do espaço urbano, morando em assentamentos de reforma agrária ou em territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas. São mulheres de diversas idades e povos vivendo e trabalhando em casa e na agricultura (MENEGAT; SILVA, 2019).

As mulheres assentadas têm uma importante representação nas atividades de trabalho nos mais de 204 assentamentos do estado, mas elas também são 80% das pessoas sem acesso à renda no Brasil, de forma que 90% das mulheres camponesas começam a trabalhar ainda crianças, algumas na adolescência, sem carteira assinada, sem benefícios sociais e sem assistência previdenciária (LORENZONI, 2007).

Nesta pesquisa, em relação aos aspectos sociais é importante destacar que o perfil de mulheres participantes é de camponesas, mães, todas são casadas, com idade de 30 a 60 anos, que se identificam profissionalmente como sendo “do lar”, mesmo tendo grande participação na produção dos alimentos da agricultura. No âmbito da escolaridade encontramos que todas as mulheres interlocutoras tiveram acesso à Educação Escolar somente até o Ensino Fundamental I e II.

Ficou evidente a participação orgânica e ativa das mulheres na construção dos sistemas socioecológicos locais, por meio da valorização da diversidade de cultivos, pelo manejo adequado da terra e pelos saberes bioculturais campesinos. No entanto, um fato que é relevante nesta pesquisa é em relação à dimensão do trabalho, de modo que as mulheres participantes

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

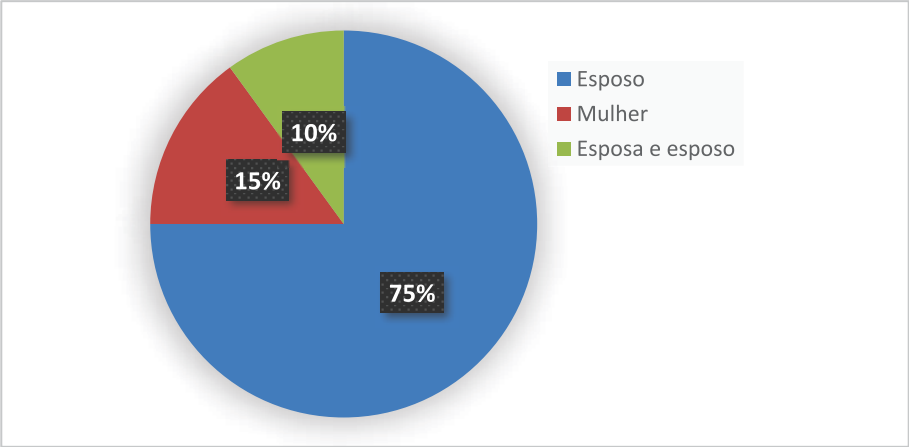
Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

expressaram determinada dificuldade de reconhecer seu vital papel na agricultura de subsistência e na reprodução da vida no assentamento.

Apesar de na maioria das vezes serem as principais protagonistas na agricultura, a violência sistemática contra os corpos-territórios das mulheres invisibiliza essas dimensões e subalterniza, expropria a capacidade reprodutiva das mulheres e estabelece maior controle e centralização do poder patriarcal. Da mesma forma, tal violência faz com que sejam suprimidas as capacidades reprodutivas dos ecossistemas saudáveis e equilibrados. Quando as mulheres são violadas, os seus conhecimentos, a sua sabedoria e o seu relacionamento próximo com a biodiversidade são brutalmente afetadas (MIES e SHIVA, 1993). Ao mesmo tempo, são as mulheres a principal força social que impede o caminho de uma completa comercialização da vida (FEDERICI, 2019b).

Quando analisados os aspectos inerentes aos papéis de gênero, a grande maioria das mulheres participantes do estudo (75%) consideraram o esposo como sendo o 'chefe' de família. Uma minoria de mulheres (10%) acredita que o casal é considerado 'chefe' de família, e algumas outras mulheres (15%) consideram a si mesmas as 'chefes' de família (Figura 1).

Figura 1 - Chefe de família, de acordo com as mulheres do assentamento Santo Antônio, Itaquiraí, Mato Grosso do Sul.



Fonte: As autoras

A justificativa mais evidente para a explicação da escolha da chefia da família de determinada pessoa (mulher, esposo e mulher/esposo) foi relacionada ao âmbito de sustento da casa, mas esse sustento acaba muitas se restringindo ao aspecto de trabalho externo, pois a maioria das participantes mulheres (75%) acreditam que o papel de 'chefia' da casa é delegado a quem tem a função de sustentar a família financeiramente. Há ainda uma minoria de justificativas relacionadas à honestidade e caráter (15%) e a um imaginário social sobre autoridade (10%).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Com efeito, historicamente, é possível afirmar que a construção dos papéis sociais/sexuais como do homem e da mulher está associada aos padrões impostos, introjetados e reproduzidos por ambos, sob o pano de fundo patriarcal. Cabe destacar ainda que um dos meandros da dominação-exploração é a relação de autoridade e de mando associada a violência (SAFFIOTI, 2001; SANTANA, 2013). Desta maneira, é importante frisar que, mesmo quando todas as atividades para a manutenção da vida da família são executadas pela mulher, em dupla e tripla jornada, com raras exceções ela é considerada 'chefe' da família, já que o 'chefe' é a 'autoridade' maior que provém a casa com dinheiro, sob os padrões da lógica patriarcal. Segundo essa construção cultural e social, estas atribuições cabem ao homem, enquanto à mulher compete a função de mãe/esposa/dona-de-casa e provedora da prole (BEAUVOIR, 1967).

As mulheres compõem grande parte no trabalho agrícola mundial e desempenham um papel vital para suas famílias e comunidades em âmbito local, mas também é crucial para outros territórios, onde as pessoas são alimentadas pela agricultura familiar. São as mulheres as responsáveis pelo cultivo de grande parte dos alimentos. O cultivo das hortas, o cuidado e manejo dos animais, o processamento, armazenamento e preparo dos alimentos, além dos cuidados com as crianças, enfermos e idosos são atividades quase que exclusivamente, realizadas por mulheres (CABNAL, 2010; KOROL, 2016). Apesar da grande importância como produtoras da vida, a invisibilização das mulheres é uma ferramenta patriarcal para manutenção da marginalização e exploração dos corpos-territórios femininos.

Contudo, além da violência sofrida por ser mulher camponesa, essas mesmas mulheres enfrentam severas dificuldades de acesso a direitos básicos, como o direito ao território para uma existência digna e para cultivar a terra, o direito ao acesso a recursos produtivos, além disso, encontram dificuldade de incentivo à formação de associações e cooperativas de mulheres, que possam garantir autonomia e fortalecimento coletivo (SHIVA, 2004).

Em relação às dimensões que perfazem os papéis de gênero (como limpar a casa, cozinhar e cuidar das crianças), observamos que a maioria dessas atividades é realizada pelas mulheres. A responsabilidade de fazer comida, limpar a casa e cuidar das crianças é apontada como sendo prioritariamente das mulheres da casa (85%), seguido pelo casal (15%). E nenhuma mulher apontou estas tarefas como sendo função exclusiva do esposo.

Desse modo, ainda que a crescente diversidade de configurações familiares decorrente do aumento do número de separações e recomposições conjugais seja um fato atual, a lógica patriarcal estrutura o imaginário social para a noção de família, com o arranjo que estabelece a mulher/mãe com papel de responsável pelas atividades domésticas e como cuidadora dos filhos e o homem/pai como 'provedor' material (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Efetivamente é na família que muitos dos comportamentos estereotipados e preconceituosos, que incidem sobre o que seriam papel de homem e papel de mulher são construídos e

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

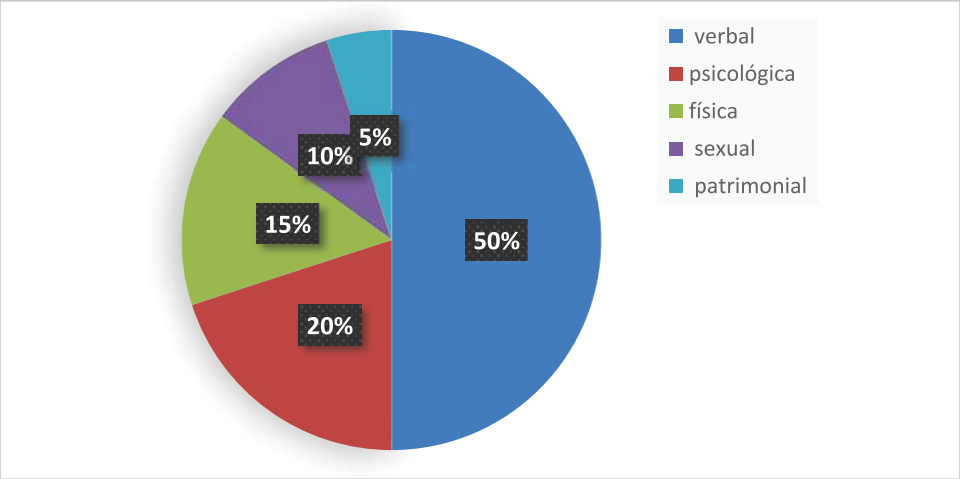
reproduzidos geracionalmente. Por conseguinte, homens e mulheres passam a naturalizar as relações de poder e os padrões patriarcais, seja no território urbano ou camponês, impedindo que outras relações mais horizontais sejam pensadas e exercidas no âmbito familiar, dentre elas a execução do trabalho doméstico e do cuidado parental.

Dessa forma, a família continua sendo o meio reprodutor da masculinidade e da feminilidade que são ferramentas de manutenção das relações hierárquicas e dos modelos tradicionais de paternidade e maternidade (BOTTON et al., 2015). Assim, os modelos tradicionais são usados para justificar a marginalização potencial das mulheres, de modo que o sexo é o fator da subjugação das mulheres pelo modelo de exploração e hierarquia patriarcal, colonialista e capitalista.

A violência doméstica contra as mulheres é reconhecida por meio de ações perpetradas no ambiente familiar ou nas relações íntimas de afeto, que ocasionam violações física, sexual, psicológica, danos morais ou patrimoniais e o feminicídio. Desta maneira, todos estes tipos de violência estão vinculados diretamente com as relações sociais, que estão respaldadas em desigualdades/hierarquia entre os sexos e nas relações de poder que estão inseridas no imaginário social de gênero (ARBOIT et al., 2015).

Compreendendo as múltiplas dimensões que atravessam a violência estrutural contra as mulheres, quando focamos nos aspectos de violência de notamos que a maioria das mulheres entendem a violência como sendo algo relacionado exclusivamente à agressão física e verbal. Nesse sentido, a pesquisa revelou que a maioria já enfrentou alguma situação de violência e a mais comum foi a violência verbal (50%), seguida pela violência psicológica (20%), violência física (15%), violência sexual (10%) e violência patrimonial (5%) (Figura 2).

Figura 2 - Tipos de violências contra as mulheres sofridas pelas mulheres do assentamento Santo Antônio, Itaquiraí, Mato Grosso do Sul.



Fonte: As autoras

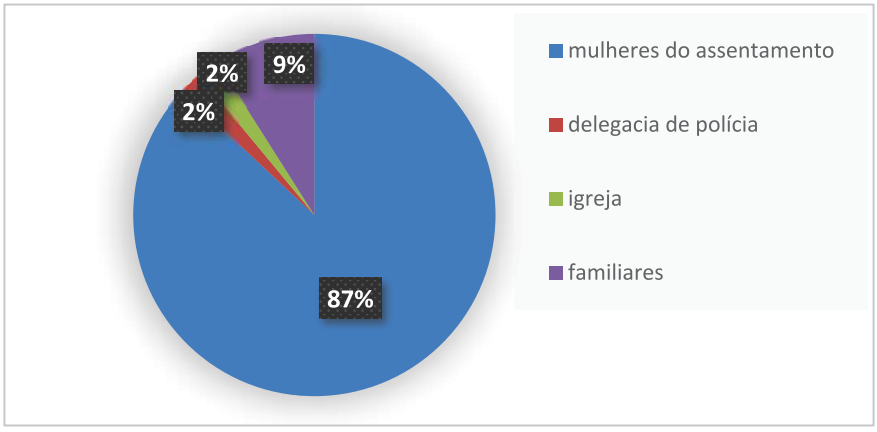
RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Apesar da maioria das mulheres relatarem terem sido vítimas de diversas formas de violência, no que se refere ao conhecimento sobre alguma mulher próxima que foi vítima de violência, as mulheres se dividiram, de forma que metade delas afirmaram não conhecer nenhuma mulher próxima que foi vítima de violência e a outra metade afirmou que já teve conhecimento. Isso pode estar relacionado, por um lado, com a dificuldade de reconhecer a violência em todas as suas dimensões, e por outro, à falta de incentivo para a construção de redes de acolhimento e apoio que possibilitem o rompimento do ciclo de silenciamento.

Em relação às redes de apoio acessadas por essas mulheres diante do fato da violência, a grande maioria das mulheres (87%) afirmaram encontrar apoio e acolhimento entre as próprias companheiras do assentamento. Um grupo menor de mulheres (9%), encontrou na família a rede de apoio em casos de violência e uma parcela ainda menor de mulheres compreendeu a Igreja e a delegacia de polícia como locais de acolhimento para mulheres em situação de violência (Figura 3).

Figura 3 - Redes de apoio acessadas pelas mulheres do assentamento Santo Antônio, Itaquiraí, Mato Grosso do Sul.



Fonte: As autoras

O que fica evidente é que predominantemente o apoio e a segurança são encontrados e construídos mutuamente pelas próprias mulheres em redes tecidas em suas bases comunitárias e de forma autônoma. A violência contra as mulheres e a invisibilização são agravadas nos territórios rurais quando há o esfacelamento das relações comunitárias, de forma que essas relações coletivas são princípios centrais da cultura dos povos do campo. Assim, há que se ressaltar que inúmeros, diversos e inspiradores são os exemplos de mulheres campesinas que protagonizam a luta nos movimentos populares construídos unicamente por mulheres que semeiam, a partir das redes de apoio mútuo entre mulheres a segurança e a potencialização da luta antipatriarcal, anticapitalista e anticolonialista.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Nesse sentido, há fatores que precisam ser ponderados, como por exemplo, a atual configuração dos assentamentos rurais do estado, onde organizações feministas encontram bastante dificuldade para se organizar, já que o modelo do agronegócio, que vigora em muitos assentamentos, extirpa qualquer tentativa de apoio mútuo e cooperação social, promovendo um processo de degradação das relações coletivas. Contudo, essa pesquisa revela um importante fato: as mulheres do assentamento Santo Antônio driblam todos esses percalços e encontram entre as companheiras o apoio e o acolhimento em situações de violência sexista.

A Lei Maria da Penha foi bastante abordada entre as participantes, de forma que todas as mulheres afirmaram que tem informações que foram obtidas por meio das reuniões feitas pela Assistência Social, em reuniões do Bolsa Família (80%) ou pela televisão (20%). A maioria (90%) afirmou que confia na Lei Maria da Penha e a justificativa mais evidente foi a de que protege as mulheres mesmo com as grandes limitações. As que não confiam na Lei (10%) alegam que o motivo é a demora no socorro e a ausência de pessoas preparadas para atuarem nos assentamentos na luta pelo combate à violência contra as mulheres. Uma parcela das mulheres (30%) acredita que a punição contra o agressor seja a solução mais eficiente, porém, para a maioria (70%), o encorajamento para a denúncia e para o rompimento do ciclo de violência seria a solução mais eficiente para que o cenário violento contra as mulheres do campo seja superado.

Os relatos escancaram que os instrumentos de combate à violência contra mulheres, que foram conquistados em âmbito institucional, são muito frágeis e não alcançam as mulheres do campo, nem ao menos indígenas e de outros povos tradicionais. As ferramentas das políticas públicas, muitas vezes se afundam na burocracia e não chegam até as mulheres (PASINATO, 2015). E um desses aspectos dos limites das políticas de Estado ainda fica evidente quando buscamos os dados sobre a violência contra as mulheres em territórios rurais e não dispomos do diagnóstico e menos ainda de instrumentos de combate, o que revela a grande falta de compromisso do Estado quanto a defesa da vida das mulheres.

As narrativas, de forma contraditória ou não, confrontam o lugar social imposto às mulheres, a violência e a despossessão de seus corpos, territórios e pensamentos e ao relatarem suas histórias e trajetórias, direta ou indiretamente, posicionam-se frente às múltiplas expressões do patriarcado, seja no âmbito do capitalismo, no âmbito institucional do Estado ou no contexto das comunidades.

A radicalização dos movimentos de libertação das mulheres está fundamentada na resistência e na luta por direitos sociais coletivos, que perpassam reivindicações das quais dependem a sobrevivência de suas famílias e comunidades, que por sua vez depende do acesso à terra como dimensão da vida, da agricultura familiar e da subsistência. Uma das principais dimensões da luta das mulheres campesinas perpassa pela necessidade da ampliação do acesso à terra, o que é constantemente ameaçada pela violência do Estado, pelas corporações nacionais/internacionais e pelo neoextrativismo para mercantilização do uso do solo (FEDERICI, 2019b).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Além do debate do acesso à terra, é preciso considerar que as diversas lutas que as mulheres semeiam e cultivam em diferentes latitudes do mundo são mais do que uma defesa ou reapropriação da terra, mas representam a retomada das raízes das sabedorias das mulheres e da capacidade de recomposição das relações coletivas incentivando e valorizando a agricultura familiar e de subsistência que contribui para a segurança e autonomia alimentar.

As autoras Menegat e Silva (2019) demonstraram como são as mulheres as primeiras que optam pela produção nos quintais construindo uma economia de autoconsumo composta por cultivos e alimentos que sustentam a família, seja através de horta e pomares, seja por meio de grãos e criação de animais. As mulheres camponesas também são uma das principais guardiãs das riquezas naturais, são as que nutrem as famílias, são também selecionadoras de técnicas de conservação e processamento dos produtos, além de outras funções no campo da produção e multiplicação de alimentos (MENEGAT e SILVA, 2019). A agricultura de subsistência semeada pelas mulheres contesta diretamente a tendência do agronegócio de devastar e reduzir as terras cultiváveis para expandir um modelo predatório de monocultura, envenenamento do solo e aniquilação da biodiversidade.

As mulheres camponesas são as produtoras dos principais cultivos básicos em todo o mundo: arroz, trigo e milho, os quais representam até 90% dos alimentos consumidos. No sudeste da Ásia, as mulheres são 90% da mão de obra do cultivo de arroz. Na África subsaariana, as mulheres produzem 80% dos alimentos básicos para o consumo familiar e para a venda e cultivam 120 espécies vegetais distintas nos espaços livres. As mulheres realizam de 25% a 45% das lavouras agrícolas na Colômbia e no Peru. Em algumas regiões andinas, as mulheres ainda cultivam e mantêm os bancos de sementes que sustentam toda a agrobiodiversidade e a produção de alimentos. Em Ruanda, as mulheres são as produtoras tradicionais de judia, conhecidas como a "carne" do campo. Nesse mesmo sentido, as mulheres constituem 53% da população trabalhadora agrícola no Egito (SENRA e LEÓN, 2009).

A produção de subsistência das mulheres é um instrumento essencial de cuidado sobre a saúde, a vida e o território, representando uma agricultura vinculada às memórias bioculturais femininas (compartilhadas geracionalmente) e aos processos ecológicos locais. Essa produção de subsistência contribui também "para um modo de vida não competitivo, centrado na solidariedade que é fundamental para a construção de uma nova sociedade" (FEDERICI, 2019b, p. 301). Por outro lado, a monocultura é um modelo que produz o apagamento da memória da semente e, consequentemente, da memória biocultural campesina por meio da manipulação genética das culturas e da intoxicação por veneno.

Nesse sentido, a luta das mulheres campesinas é uma das fronteiras de resistência contra um modelo predatório de "des-envolvimento" capitalista que promove a separação das comunidades camponesas da terra onde vivem, além de afetar profundamente as relações territoriais

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

coletivas e comunitárias. Nestas circunstâncias, as mulheres são as mais afetadas, já que além da violência de gênero/sexista física, moral, verbal, psicológica, doméstica, da sobrecarga de trabalho e da desvalorização social, ainda precisam lutar contra a usurpação e monopolização dos territórios (KOROL, 2016).

As mulheres possuem uma função vital na defesa da terra-território e dos bens comuns, amplamente ameaçados pelos processos de acumulação do capital. A política dos comuns com base em uma perspectiva feminista e anticolonial é um contraponto e uma alternativa histórica ao monopólio de Estado, à propriedade privada e ao neoextrativismo. E forja-se como campo de ação política e um conceito unificador que prefigura a sociedade cooperativa (FEDERICI, 2019b).

O processo de expansão dos territórios corporativos sobre os territórios de vida é uma das faces do estado de exceção, que a política do Estado promove contra a vida das mulheres. Esse regime está atrelado ao avanço na criminalização dos movimentos sociais de luta por terra-território. Soma-se a isso a impunidade contra fazendeiros, políticos e empresas nacionais/transnacionais responsáveis pelo genocídio e pelos crimes socioambientais que atingem diretamente as populações camponesas e tradicionais.

A luta das mulheres do campo e de povos tradicionais, em sua multiplicidade, é resultado da experiência de habitar um corpo e um território impactado e violado por opressões estruturais patriarcais, colonialistas e capitalistas, as quais fundamentam a violência e a exploração de toda biodiversidade (CABNAL, 2010).

Frente ao desterro provocado pela ordem neoliberal, os diálogos encontrados neste estudo demonstraram que a rede de apoio mútuo vem sendo tecida pela luta das mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tantas outras mulheres que fortalecem a segurança, a autonomia e a perspectiva de coletividade. Isso faz pulsar vida diante de um amplo colapso ecológico, social e territorial ocasionado pelo modelo predatório do agronegócio que alicerça a violência patriarcal.

As mulheres semeiam formas de cuidado coletivo entre suas próprias organizações de base no seio das lutas comunitárias, rompendo com os estereótipos de gênero e atributos estigmatizantes que sustentam os padrões sexistas e aprofundam o controle, as desigualdades e a violência contra as mulheres. Nesse estudo, encontramos que a linguagem popular feminista, "nós por nós", é uma realidade concreta em que as mulheres encontram entre as suas companheiras a rede de apoio e acolhimento procurada.

Diante desse contexto, a conscientização e o fortalecimento da rede de cuidado entre mulheres tem sido buscada através dos espaços pedagógicos da luta com a construção de ações educativas e culturais, que tem por finalidade a construção de atitudes igualitárias e horizontais com respeito às mulheres e às diversidades geracionais, territoriais e socioculturais (DUTRA et al., 2013).

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Todas essas dimensões potencializam outros horizontes teórico-políticos construídos pedagogicamente, desde o cuidado entre mulheres, de suas lutas, métodos e formas de construção do conhecimento. Ao mesmo tempo, esses outros horizontes contribuem para o fortalecimento da autonomia e do protagonismo como uma das estratégias políticas para a libertação das mulheres contra a matriz de pensamento formada pelas arestas do patriarcado e a ofensiva do capital no campo que nega, subjuga e marginaliza as mulheres.

Por fim, refletimos que o fortalecimento da aliança entre mulheres em seus territórios constitui uma de nossas principais formas de autodefesa e faz germinar a retomada das raízes das sabedorias historicamente construídas por nossas antepassadas em defesa da vida e da terra. Esperançamos assim, fortalecer e contribuir com a expansão das lutas feministas pensadas e construídas desde o território, a partir das fortes e profundas raízes campesinas, indígenas, quilombolas e de todas as mulheres da América Latina.

Considerações finais

O fio condutor desta pesquisa foi o tema da violência contra as mulheres camponesas, tendo como pano de fundo, os caminhos que são percorridos por essas mulheres em busca de acolhimento. O enfoque se deu a partir da perspectiva teórico metodológica da pesquisa qualitativa sob abordagem feminista e anticolonial enquanto eixos, que auxiliaram no reconhecimento e na interpretação das relações macroestruturais e domésticas.

Essa pesquisa revelou um triste e violento, porém já esperado, padrão entre as mulheres participantes do assentamento Santo Antônio: a presença da violência patriarcal nas suas mais diversas expressões. A análise do perfil social já nos mostrou indícios iniciais das violações quando nos deparamos com o resultado de que nenhuma mulher entrevistada teve acesso ao ensino médio, revelando uma explícita dificuldade de acesso dessas mulheres à educação básica e a violência assentada sob as bases da hierarquia social erigida por matrizes sexistas e racistas.

Uma expressão da violência sistemática é explicitada quando a maioria das mulheres identificam o esposo como sendo o ‘chefe’ de família, mesmo quando elas são as responsáveis por todas as atividades que mantém a família e a comunidade, indicando a perturbadora exploração e invisibilização social a qual estão subjugadas. Outra expressão dessa violência sistemática foi identificada, de forma que as mulheres relataram, em sua maioria, já terem sido vítimas de várias dimensões dessas violências: verbal, psicológica, física, patrimonial, entre outras.

Mas em contraposição, este estudo revelou um fato bastante importante: as mulheres camponesas do assentamento Santo Antônio encontram apoio, segurança e acolhimento em situações de violência patriarcal entre as próprias companheiras do assentamento. Percebe-se que a rede de apoio mútuo tecida pelas próprias mulheres em base comunitária fundamenta a maior garantia de autodefesa frente às violações constantes.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 173 a 192 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Dessa forma, concluímos este trabalho, considerando que a consciência e a disposição das mulheres campesinas ao aceitarem participar desta pesquisa, ressaltando a importância da rede de apoio mútuo entre mulheres, nos desperta esperança para que muitas redes e teias sejam semeadas a partir da visão de mundo e da memória de resistência da luta das mulheres camponesas.

Esperançamos no fortalecimento da aliança das lutas e do apoio mútuo entre mulheres e que essas lutas sejam pautadas sob o âmago antipatriarcal, anticapitalista e antirracista, anticolonialista, para assim exterminarmos da sociedade a estrutura de opressão que produz a guerra sistemática contra as mulheres e para que possamos construir um mundo novo a partir de um projeto de vida digna, terra e liberdade.

Agradecimentos

A todas mulheres do assentamento Santo Antônio que se disponibilizaram em construir esta pesquisa de forma coletiva.

Referências

ALMEIDA TELES, Maria Amélia de; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. Brasiliense, 2017.

AMOROZO, Maria Christina de Mello; MING, Lin Chau; SILVA, Sandra Maria Pereira. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002.

ARBOIT, Jaqueline et al. Violência doméstica contra mulheres rurais: interfaces de gênero na concepção de agentes comunitários de saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde,** v. 14, n. 2, p. 1067-1074, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

BEAUVOIR, Simone. de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão europeia do livro, v. 2, 1967.

BOTTON, Andressa et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando famílias**, v. 19, n. 2, p. 43-56, 2015.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos:** el feminismo comunitário. Buenos Aires: ACSUR, 2010.

CONCEIÇÃO, Thays Berger et al. Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3597-3607, 2018.

GARCÍA-TORRES, Miriam et al. (Re) patriarcalización de los territorios. La lucha de las -mujeres y los megaproyectos extractivos. **Ecología Política**, n. 54, p. 67-71, 2018.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DÍAZ, Natalia Quíroga; GAGO, Verónica. Los comunes en femenino: Cuerpo y poder ante la expropiación de las economías para la vida. **Economía y Sociedad**, v. 19, n. 45, p. 1-18, 2014.

DUTRA, Maria de Lourdes et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013.

EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Tellus**, v.12, n. 22, p. 27-48, 2012.

FEDERICI, Silvia, VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

GISLOTI, Laura Jane et al. Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso em Universidade Pública. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. 1-19, 2021.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2018. **Relatório de Assentamento**. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/media/docs/relatorio-gestao/2017/sr16-ms.pdf. Acesso em: 17, março de 2022.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía**: mujeres, tierra y territorio en América Latina. GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América Libre, 2016.

LORENZONI, Carmen. **Violência nas relações de gênero e classe:**1 Recife: Libertas, 2007.

MENEGAT, Alzira Salete, SILVA, Sandra Procópio. Mulheres camponesas em movimentos: análises da atuação feminina na via campesina, na caminhada para a soberania alimentar. **MovimentAção**, v. 6, n. 10, p. 130-142, 2019.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **A práxis do ecofeminismo:** biotecnologia, consumo e reprodução . Icaria Editorial, 1993.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 37, p. 7-32, 1999.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Mieceslau. Reforma agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta metodológica. **Geografia em Questão**, v. 12, n. 2, p. 110-123, 2013.

NARVAZ, Martha Giudice, KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas,** v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidênci**a: olhares e pesquisa em saberes educacionais, v. 4, n. 5, p. 129-148, 2008.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Violencias (re)encubiertas en Bolivia**, Santander, Otramérica, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade**. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SANTANA, Anabela Maurício. **Mulher mantenedora/homem chefe de família**: uma questão de gênero e poder. Revista Fórum Identidades, v. 8, n. 8, p. 1-17, 2013.

SANTOS, Vania Olmedo Moura; CAMACHO, Rodrigo Simão; CONCEIÇÃO, Cristiano Almeida. Considerações acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no projeto de assentamento Santa Rosa em Itaquiraí–MS. **Revista Geonorte**, v. 11, n. 38, p. 200-223, 2020.

SENRA, Lídia; LEÓN, Irene. Las mujeres Gestoras de la Soberanía Alimentaria. In: **Las mujeres alimentan al mundo**. Soberania alimentaria em defensa de la vida y del planeta. Barcelona: Entrepueblos, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos**, v. 18, p.106-131, 2012.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, 2014.

SPINK, Mary Jane. **A ética na pesquisa social:** da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. Psico, v. 31, n. 1, p. 7-22, 2000.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida:** Mujer, ecología y supervivência. Madrid: Horas y horas, 2004.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil